



221 53

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDO GRUPO

HABEAS DATA Nº 73043-8

Impetrante: Natanael Luiz da Silva

Impetrado: Comandante da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO -
HABEAS DATA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA -
CABIMENTO - REGISTRO PESSOAL - DIREITO
DE CONHECIMENTO DE INFORMAÇÕES -
PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
PREVISTOS NA LEI DE HABEAS DATA -
CONCESSÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.**

SUSG.

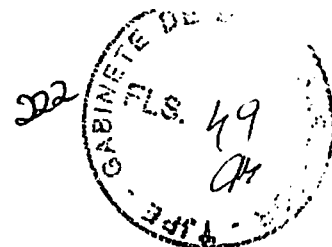
1. Evidência do interesse de agir, uma vez que não basta o conhecimento in abstracto da existência de algum documento ao qual materialmente não tem acesso.
2. Entendo que a informação requerida pelo impetrante se refere a registro pessoal, inegavelmente, do seu interesse, configurando o disposto no art. 7º, inc. I, da Lei 9.507/1997.
3. Concessão da Ordem, devendo o impetrado fornecer a certidão no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação.
4. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Data nº 73043-8, acordam os Desembargadores que integram o Segundo Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de julgamento realizada no dia 16/12/2009 à unanimidade, em **CONCEDER A ORDEM**, devendo a autoridade coatora fornecer a certidão pleiteada no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 16/12/2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDO GRUPO

HABEAS DATA Nº 73043-8

Impetrante: Natanael Luiz da Silva

Impetrado: Comandante da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE

RELATÓRIO

Trata-se de habeas data impetrado por Natanael Luiz da Silva, cujo desiderato é de adquirir informações relativas aos seus assentamentos funcionais.

Aduz o impetrante que foi desligado dos quadros da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em 18/06/1984, através do BG nº 102.

Ainda, segundo as alegações do autor do presente writ, até o momento não fora oferecida qualquer resposta por parte da impetrada sobre a certidão solicitada por ele através de requerimento dirigido ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco que foi protocolizado no dia 18/04/2001.

Em despacho exarado às fls. 14, o impetrante foi intimado para cumprir o dispõe o art. 8º, I, da Lei 9507/97, no que se refere a comprovação da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão.

Às fls. 18/19, o autor informou que até o dia do ajuizamento do presente writ, em 08/05/2001, até o dia 06/07/2002, não tinha conseguido as informações solicitadas, face ao silêncio da autoridade coatora.

A autoridade coatora foi notificada e informou que já tinha prestado as informações, mas pela documentação acostada aos autos, foram informações prestadas anteriores ao presente pleito (24/01/1990).

O Representante do Parquet opinou favorável ao deferimento do pedido.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 19/11/2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



223 54
c

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDO GRUPO

HABEAS DATA Nº 73043-8

Impetrante: Natanael Luiz da Silva

Impetrado: Comandante da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE

VOTO-MÉRITO

É cediço que o habeas data, consoante o disposto nos arts. 5º, LXXII, da CF/88, e 7º, da Lei 9.507/97, constitui ação constitucional apta a assegurar o conhecimento ou a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Sobre o tema, trago a lume definição formulada por Alexandre de Moraes, em sua obra Direito Constitucional, 12ª edição, p. 153:

"Assim, pode-se definir o habeas data como o direito que assiste a todas as pessoas de solicitar judicialmente a exibição dos registros públicos ou privados, nos quais estejam incluídos seus dados pessoais, para que deles se tome conhecimento e se necessário for, sejam retificados os dados inexatos ou obsoletos ou que impliquem em discriminação."

Como se percebe, através habeas data só se permite pleitear informações que digam respeito tão-somente ao próprio impetrante.

A Lei nº 9.507/97, que regulamentou o instituto, estabeleceu as hipóteses de cabimento da ação em seu art. 7º:

"Art. 7º Conceder-se-á habeas data:

I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável".(grifo nosso)

Entendo que a informação requerida pelo impetrante se refere a registro pessoal, inegavelmente, do seu interesse.



224 55

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDO GRUPO

O impetrante tem evidente interesse de agir, uma vez que não lhe basta o conhecimento in abstracto da existência de algum documento ao qual materialmente não tem acesso.

A eficácia própria e específica do habeas data é a obtenção de informações sob a forma de certidão, de nada valendo ao interessado seu conhecimento se as mesmas não forem prestadas de maneira formal e materialmente.

A documentação acostada aos autos pela autoridade coatora refere-se a informações que foram prestadas ao impetrante em data bem anterior ao presente pleito (24/01/1990).

Restaram comprovados o interesse do impetrante no presente *mandamus*, o lapso temporal que configurou o não pronunciamento do impetrado sobre o requerido e a adequação aos requisitos ditados na lei de concessão do habeas data.

Em face do exposto, estando o pedido adequado aos requisitos previstos na Lei nº 9507/97, voto no sentido de **CONCEDER A ORDEM**, devendo o impetrado fornecer a certidão ora requerida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação.

Recife, 16/12/2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator